Universidade Federal do Pará

RNUFEN

PHENOMENOLOGY AND INTERDISCIPLINARITY

@Programa de Pós-graduação em Psicologia

DOI: 10.26823 / e-270952 / artigo de pesquisa VOL 18 • 2026

"ELE NÃO VAI SER MAIS UMA ESTATÍSTICA": CUIDADO, MEDO E RESISTÊNCIA NO MATERNAR DE UM ADOLESCENTE TRANSGÊNERO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

"He will not become another statistic": care, fear, and resistance in mothering a transgender adolescent in the Metropolitan Region of Belém

"Él no será una estadística más": cuidado, miedo y resistencia en el maternar de un adolescente transgénero en la Región Metropolitana de Belém



Françoise Cardoso Vinagre Malveira



Kamilly Souza do Vale

Parte da estruturação inicial deste texto contou com o auxílio de ferramentas de **inteligência artificial** para organização textual, revisada adaptada e validada pelos autores e autoras.

RESUMO

Maternar adolescentes transgêneros no Brasil implica atravessar tensões afetivas, deslocamentos subjetivos e enfrentamentos cotidianos em uma sociedade ainda marcada por normas cisheteropatriarcais. Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará. Objetiva compreender os sentidos da experiência de maternar um adolescente transgênero na Região Metropolitana de Belém, a partir da narrativa da mãe. Fundamenta-se no método fenomenológico de Giorgi e em entrevista individual com perguntas semiestruturadas. A análise articula fenomenologia do cuidado, clínica gestáltica da aflição e estudos de gênero. Os resultados parciais descrevem o maternar diante da solidão inicial, medo da violência, enfrentamentos institucionais, redes de apoio frágeis e reconstrução dos sentidos de cuidado. Conclui-se que o cuidado materno é relacional e emerge como prática ética e política de resistência às violências cisnormativas e de sustentação da existência trans na Amazônia paraense.

Palavras-chave: Cuidado Materno, Transgeneridade, Fenomenologia, Sofrimento Ético-político, Gestalt-terapia.

ABSTRACT

Parenting transgender adolescents in Brazil involves navigating emotional tensions, shifts in self-identity, and daily challenges in a society still shaped by cisheteropatriarchal norms. This article presents partial findings from an ongoing master's research project conducted within the Graduate Program in Psychology at the Federal University of Pará. It aims to understand the meanings of the experience of mothering a transgender adolescent in the Metropolitan Region of Belém, based on the mother's narrative. The study is grounded in Giorgi's phenomenological method and in an individual interview with semi-structured questions. The analysis articulates the phenomenology of care, the Gestalt clinical approach to affliction, and gender studies. The partial findings describe mothering in the face of initial loneliness, fear of violence, institutional confrontations, fragile support networks, and the reconstruction of the meanings of care. It is concluded that maternal care is relational and emerges as an ethical and political practice of resistance to cisnormative violence and of sustaining transgender existence in the Amazonian region of Pará.

Keywords: Maternal Care, Transgenderity, Phenomenology, Ethical-political Suffering, Gestalt Therapy.

RESUMEN

Maternizar a adolescentes transgénero en Brasil implica lidiar con tensiones afectivas, desplazamientos subjetivos y enfrentamientos cotidianos en una sociedad que sigue marcada por normas cisheteropatriarcales. Este artículo presenta resultados parciales de la investigación de maestría en curso, desarrollada en el Programa de Posgrado en Psicología de la Universidad Federal de Pará. Tiene como objetivo comprender los sentidos de la experiencia de maternar a un

adolescente transgénero en la Región Metropolitana de Belém, a partir de la narrativa de la madre. El estudio se fundamenta en el método fenomenológico de Giorgi y en una entrevista individual con preguntas semiestructuradas. El análisis articula la fenomenología del cuidado, la clínica gestáltica de la aflicción y los estudios de género. Los resultados parciales describen el maternar frente a la soledad inicial, el miedo a la violencia, los enfrentamientos institucionales, las redes de apoyo frágiles y la reconstrucción de los sentidos del cuidado. Se concluye que el cuidado materno es relacional y emerge como una práctica ética y política de resistencia a las violencias cisnormativas y de sostenimiento de la existencia trans en la Amazonía paraense.
Palabras clave: Cuidado Materno, Transgeneridad, Fenomenología, Sufrimiento Ético-político, Gestalt-terapia.

Introdução

Maternar adolescentes transgêneros no Brasil implica atravessar tensões afetivas, deslocamentos subjetivos e enfrentamentos cotidianos em uma sociedade ainda marcada por normas cisheteropatriarcais. Amor e acolhimento podem coexistir com medo do preconceito, da violência, da exclusão escolar, da reação familiar ou do sofrimento que o adolescente poderá enfrentar. Em alguns casos, o medo e a insegurança também podem levar a mãe a resistir à identidade de gênero do filho, numa tentativa de protegê-lo de um mundo que ela percebe como ameaçador.

Ao longo desse percurso, antigas certezas sobre gênero, corpo, nome, identidade e futuro familiar podem precisar ser revistas. A mãe pode ter imaginado determinado futuro para aquele filho e, diante da transição, ser convocada a reconhecer quem ele é e a reposicionar-se também em sua própria experiência de maternidade. Isso pode alcançar memórias, fotografias, expectativas, modos de nomear e formas de se relacionar.

Esse processo não acontece apenas na intimidade da família. Ele alcança a escola, os serviços de saúde, os espaços religiosos, os documentos públicos, as redes sociais e a convivência comunitária. Cuidar, nesse contexto, envolve proteger, sustentar a alteridade e disputar condições concretas para que o filho seja reconhecido e possa existir com dignidade.

Os verbos maternar e cuidar estão diretamente relacionados à figura feminina. Segundo Feijó (2023), em análise publicada no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas, o Brasil alcançou a marca de 11,3 milhões de mães que criam seus filhos sem a presença corresponsável de outro cuidador parental. Essas mães-solo chefiam quase 15% dos lares brasileiros, sendo 60% delas mulheres negras, com maior concentração nas regiões Norte e Nordeste. Nesse cenário, ser mãe solo significa assumir, muitas vezes de modo solitário e sobrecarregado, a responsabilidade pelo cuidado cotidiano dos filhos, pela sustentação financeira da família e pela realização das tarefas domésticas, evidenciando a articulação entre maternidade, desigualdade de gênero, raça, classe e território. Impulsionadas por esses dados, escolhemos como protagonistas deste estudo as mães, e não a família de modo amplo, tampouco os pais. Este artigo trata, portanto, de um

recorte da pesquisa de mestrado intitulada "Nossos filhes trans existem: o maternar como ato político na psicologia fenomenológica-existencial" em andamento no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, cujo objetivo é compreender os sentidos das experiências de mães de crianças e adolescentes transgêneros na Região Metropolitana de Belém – RMB.

Informamos também que nesta pesquisa, a posição da primeira autora não se constitui como lugar neutro ou exterior ao fenômeno investigado. Escrevo a partir de uma tríplice implicação: como pesquisadora que lê, interpreta e dialoga com autoras e autores que fundamentam teoricamente esta investigação; como mãe de um menino trans, moradora da cidade de Belém, atravessada existencialmente pela experiência concreta do cuidado, da proteção e da busca por reconhecimento; e como pesquisadora-pessoa que analisa os dados lidos, escutados e captados no campo. Essa implicação não elimina o rigor metodológico da pesquisa, mas exige uma postura ética de compromisso político e de reflexividade.

Deste modo, compreendemos que as transformações contemporâneas em torno das identidades de gênero vêm tensionando concepções tradicionais sobre corpo, sexualidade, família e pertencimento. Ainda assim, tais deslocamentos convivem com formas persistentes de violência, exclusão institucional e precarização das possibilidades de existência de pessoas trans. No Brasil, dados recentes continuam evidenciando a magnitude das violências dirigidas à população trans, tanto nos registros de assassinatos quanto nas notificações de diferentes formas de violência (Benevides, 2025; Leal et al., 2026; TGEU, 2024), cenário que repercute diretamente na vida das famílias e produz impactos significativos sobre mães, crianças e adolescentes transgêneros.

Nas décadas de 1970, 1980 e 1990, a transgeneridade era frequentemente compreendida como desvio da norma sexual e familiar. O debate público era restrito, e pessoas travestis e transexuais eram associadas, de forma estigmatizante, à marginalidade, à prostituição, à doença, à violência urbana ou à inadequação moral. A família, a escola, a religião e a medicina tendiam a interpretar essas experiências como problema individual, falha educativa, confusão psíquica ou ameaça aos valores sociais. No campo médico e psicológico, prevalecia uma abordagem patologizante. A pessoa trans era vista como alguém que precisava ser diagnosticado, corrigido, autorizado ou normalizado por especialistas. No campo familiar, era comum que a transgeneridade fosse vivida sob silêncio, segredo ou expulsão (Bento, 2006; Leite Junior, 2011).

Já no cenário contemporâneo, a abordagem mudou, embora de modo desigual. Hoje há maior circulação de termos como identidade de gênero, nome social, cisgeneridade, transgeneridade, infância trans e adolescência trans, acompanhada de crescente produção sobre experiências de crianças e adolescentes trans em contextos familiares, clínicos e de saúde (Abreu, Palha, et al., 2022; Figueira & Vale, 2024; Miranda & Rasera, 2026). Há também maior produção acadêmica, coletivos trans e debates sobre saúde integral, com crescente tensionamento das instituições escolares, familiares e clínicas. Entretanto, esses avanços convivem com discriminação, vulnerabilidades programáticas e diferentes formas de violência (Benevides, 2025; Freitas et al., 2024; Leal et al., 2026).

Ao acompanhar a transição de gênero de seus filhos, muitas mães passam a habitar uma experiência marcada por ambiguidades. Ao mesmo tempo em que precisam sustentar vínculos de acolhimento e proteção, também enfrentam discursos patologizantes, práticas institucionais excludentes e formas de invisibilização que atravessam escolas, serviços de saúde, espaços religiosos e relações familiares. A literatura recente, produzida em diferentes contextos, aponta associação entre apoio familiar e melhores condições psicossociais para crianças e adolescentes transgêneros (Campbell et al., 2024; Lopes et al., 2022; McGregor et al., 2024). Estudos voltados às famílias e às redes de suporte evidenciam, por sua vez, conflitos, medos, aprendizagens e a importância de espaços de acolhimento, orientação e partilha para mães, pais e responsáveis (Abreu, Andrade, et al., 2022; Fonseca, 2021; Miranda & Rasera, 2026).

A partir desse aporte teórico, voltamos nosso olhar para o cenário da Região Metropolitana de Belém – RMB, que é composta pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Barcarena (Agência Pará, 2024), constituindo um território amazônico marcado por diversidade populacional, presença de populações urbanas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, além de acentuadas desigualdades socioespaciais. Essa diversidade convive com dificuldades de mobilidade e acesso a serviços públicos, especialmente porque Belém e seu entorno são atravessados por rios, furos, ilhas e áreas de ocupação periférica que nem sempre contam com transporte regular, acessível e integrado. Assim, na RMB, a experiência de cuidado é atravessada por barreiras territoriais concretas: longas distâncias, precariedade do transporte coletivo, ausência de integração entre ônibus e barcos, custos de deslocamento, dependência dos rios e dificuldade de acesso a serviços especializados de saúde, psicologia, assistência social e proteção de direitos (Tobias et al., 2024).

Desse modo, as experiências de cuidado se desenvolvem em meio a dificuldades estruturais relacionadas ao acesso a serviços especializados, à fragilidade das políticas públicas e à escassez de espaços de reconhecimento voltados às famílias transgêneras. A busca por acolhimento profissional, acompanhamento psicossocial, atendimento escolar inclusivo ou redes de apoio pode exigir tempo, dinheiro e deslocamentos sucessivos, aspecto especialmente relevante no território da RMB (Tobias et al., 2024). Essas dificuldades se somam a barreiras institucionais e programáticas de acesso à saúde, como despreparo profissional, transfobia, escassez de serviços especializados e desarticulação das redes de cuidado (Abreu, Palha, et al., 2022; Barbosa et al., 2024; Freitas et al., 2024).

A fenomenologia do cuidado permite compreender que cuidar não se reduz a práticas técnicas ou a obrigações morais. Trata-se de experiência relacional sustentada pela presença, pela atenção e pela corresponsabilidade diante da vulnerabilidade do outro. Ayres (2004) compreende o cuidado como prática dialógica fundada no encontro, enquanto Mortari (2023) enfatiza sua dimensão ética e existencial. No campo da Gestalt-terapia, Perls et al. (1997) compreendem o self como fronteira de contato em operação, afirmando que a experiência humana se constitui na relação organismo-meio. A releitura crítica proposta por Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) amplia essa compreensão ao descrever a aflição como falência social da experiência de

contato, produzida quando sujeitos deixam de encontrar condições mínimas de reconhecimento no mundo compartilhado.

Os estudos de gênero também contribuem para a compreensão desse cenário ao problematizar a cisnormatividade como regime de inteligibilidade que define quais vidas podem ser reconhecidas como legítimas (Butler, 2023; Silva, 2023). Nesse contexto, o cuidado materno diante da transgeneridade deixa de ocupar exclusivamente a esfera privada e passa a constituir prática concreta de resistência frente às normatividades que regulam corpos, identidades e modos de existir.-

Este artigo apresenta uma compreensão parcial e situada do fenômeno, construída a partir da primeira entrevista analisada integralmente pelo método de Giorgi. Essa leitura é atravessada pelas condições concretas de acesso ao campo e pelas especificidades territoriais, sociais e institucionais da RMB. É nesse recorte que articulamos Psicologia, Fenomenologia, Gestalt-terapia e Direitos Humanos para compreender o cuidado materno em suas dimensões relacional, ética e política.

A leitura dos achados dialoga com Heidegger (2012) e Mortari (2023), permitindo compreender o cuidado como dimensão constitutiva e relacional do ser-no-mundo. Quando esta mãe relata medo dos olhares, preocupação com a violência, enfrentamento na escola e busca por reconhecimento, evidencia-se que o cuidado não se limita ao vínculo privado entre mãe e filho. Ele se realiza no mundo, nas instituições, nas relações e nas condições concretas que ampliam ou restringem a existência. A articulação com a clínica gestáltica da aflição também contribui para a compreensão dos resultados apresentados.

As contribuições dos estudos de gênero, especialmente Butler (2023), Silva (2023) e Vergueiro (2015), ajudam a compreender que a experiência da colaboradora se dá em um campo atravessado pela cisnormatividade. Na RMB, tais experiências ganham contornos territoriais específicos, por serem terras amazônicas marcadas por desigualdades históricas contundentes.

Metodologia

Este estudo possui natureza qualitativa e fundamenta-se na abordagem fenomenológico-existencial, utilizando o método fenomenológico proposto por Giorgi (2008), que constitui uma estratégia qualitativa de investigação voltada à compreensão dos sentidos psicológicos da experiência vivida, tal como ela se apresenta na narrativa da participante, sem reduzi-la a explicações causais, generalizações estatísticas ou categorias previamente impostas. Trata-se de um método descritivo, fundamentado na fenomenologia, que busca apreender a estrutura de significado de uma vivência a partir de quatro movimentos principais: a leitura integral da entrevista para alcançar o sentido do todo; a identificação das unidades de significado, marcadas pelas mudanças de sentido no relato; a transformação dessas unidades, inicialmente expressas em linguagem cotidiana, em linguagem psicológica; e, por fim, a elaboração de uma síntese estrutural que explicite os sentidos essenciais da experiência investigada. Nesta pesquisa, esse percurso foi aplicado à entrevista

individual realizada com uma mãe de adolescente transgênero, residente na Região Metropolitana de Belém, buscando compreender como a participante significa o seu processo de maternar. Após a transcrição da narrativa, foram realizadas leituras sucessivas em atitude fenomenológica, suspendendo explicações prévias para aproximação do modo como a experiência se mostrou à consciência da participante; em seguida, foram destacadas as unidades de significado presentes em sua fala, transformadas em expressões psicológicas articuladas ao fenômeno do maternar um filho trans e, por fim, organizadas em uma síntese compreensiva da experiência.

Destacamos que o termo "maternar" é empregado em diálogo com a noção de maternagem apresentada por Gradvohl et al. (2014), compreendida como uma experiência relacional e historicamente construída de vínculo e cuidado, que não se reduz ao laço biológico nem a uma qualidade naturalizada do feminino. No recorte desta pesquisa, maternar designa os sentidos e as práticas de cuidado, proteção, reconhecimento e acompanhamento produzidos pelas mães na relação com seus filhos transgêneros, articulando-se às formulações sobre cuidado de Ayres (2004) e Mortari (2023).

A pesquisa de mestrado foi delineada para incluir até sete mães de crianças e adolescentes transgêneros, selecionadas inicialmente por amostragem intencional, com divulgação do convite em redes sociais e consideração dos critérios previamente definidos. No momento da elaboração deste artigo, o percurso analítico completo do Método Fenomenológico de Giorgi (2008) havia sido aplicado à primeira entrevista; por essa razão, este manuscrito apresenta, como recorte da pesquisa em andamento, exclusivamente a narrativa dessa participante.

Foram considerados como critérios de inclusão: ser mãe biológica, adotiva ou socialmente reconhecida de criança ou adolescente transgênero; ter filho transgênero com menos de 18 anos, abrangendo o período infantojuvenil definido pelo art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990); residir na Região Metropolitana de Belém; aceitar participar voluntariamente da pesquisa; e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram excluídas mulheres que não se reconhecessem como mães ou cuidadoras principais, que não residissem no território delimitado ou que não apresentassem condições emocionais para participar da entrevista no momento do contato.

A coleta de dados da primeira mãe colaboradora ocorreu por meio de entrevista individual, com perguntas semiestruturadas, conduzida de forma virtual, na plataforma *Google Meet*, conforme sua disponibilidade. A entrevista foi gravada mediante autorização prévia e posteriormente transcrita integralmente, utilizando-se o site *TurboScribe*, com revisão apurada realizada pelas autoras.

A coleta virtual também considerou a dimensão territorial da RMB, na qual a circulação cotidiana pode ser atravessada por distâncias, custos, insegurança, rios, ilhas e deslocamentos sucessivos. A entrevista remota, nesse sentido, não foi tomada como simples recurso técnico, mas como estratégia de cuidado, proteção e viabilidade metodológica diante das condições concretas do campo. A condução da entrevista buscou preservar ambiente seguro, acolhedor e reservado, de modo a favorecer o relato espontâneo da participante e respeitar seu ritmo emocional.

O processo de análise segue as etapas do método fenomenológico de Giorgi (2008): leitura integral da narrativa para apreensão do sentido do todo; discriminação das unidades de significado; transformação dessas unidades em linguagem psicológica; e síntese da estrutura geral de significado psicológico do fenômeno. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pará, sob o CAAE nº 90403225.4.0000.0018 e parecer nº 8.089.010, em conformidade com a Resolução CNS nº 466/2012 e, especialmente, com a Resolução CNS nº 510/2016, aplicável às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Conselho Nacional de Saúde, 2012, 2016). Para preservar a confidencialidade, "Iara" e "Cauê" são pseudônimos, utilizados respectivamente para a participante e para seu filho.

Resultados e discussão

É importante ressaltar que os resultados apresentados nesta seção são parciais e decorrem da primeira entrevista realizada na pesquisa em andamento. Por essa razão, não devem ser compreendidos como conclusões definitivas, mas como compreensões iniciais produzidas a partir da narrativa da primeira mãe entrevistada, identificada pelo pseudônimo Iara. A participante tem 43 anos, é parda, casada, residente em Belém do Pará, possui ensino superior completo, é bibliotecária e tem renda familiar mensal entre um e três salários mínimos. Seu núcleo familiar é composto por três pessoas: mãe, pai e filho.

Iara é mãe de Cauê, pseudônimo atribuído ao adolescente trans de 17 anos, que expressa sua identidade de gênero há aproximadamente cinco anos. Segundo a participante, ela acompanha a transição do filho desde o início, convivendo com ele em tempo integral. O adolescente realiza acompanhamento psicológico, ao contrário da mãe.

No que se refere à composição familiar e à rede de apoio, a entrevistada descreve que o apoio à transição de seu filho ocorre, principalmente, no interior da própria família nuclear. Ela afirma que, no contexto da transgeneridade, esse núcleo se constitui como principal rede de apoio, mantendo diálogo aberto e honesto sobre o processo vivido.

Quanto ao contexto social e cultural, Iara se identifica como católica. Relatou já ter vivenciado episódio de preconceito por ser mãe de um adolescente trans, ocorrido em uma loja, quando uma mulher desconhecida questionou, de forma invasiva, se ele havia *saído assim* de sua barriga. A participante considera esse episódio o mais marcante tanto para ela quanto para o filho, por evidenciar uma forma direta de discriminação dirigida à identidade de gênero de Cauê e à sua experiência de maternidade.

No momento da coleta da pesquisa, a participante descreveu que a família se preparava para a retificação da certidão de nascimento do filho e para a atualização de seus documentos. Seu relato evidenciava uma experiência materna atravessada pelo cuidado, pela proteção, pelo enfrentamento do preconceito e pela sustentação do reconhecimento social e jurídico do filho.

A solidão como experiência de desmundanização

Há silêncios que não se anunciam apenas pela ausência de palavras, mas pela ausência de encontros, de respostas e de reconhecimento. Na narrativa de Iara, uma das unidades de sentido que emergem da compreensão é a solidão, especialmente no início do percurso de compreensão da experiência de gênero do filho. Essa solidão é analisada, neste artigo, a partir do relato da participante e não deve ser confundida com a experiência pessoal da primeira autora, cuja implicação no campo foi explicitada anteriormente.

A categoria analítica da solidão encontra, contudo, ressonância na posição situada da primeira autora, mãe de um adolescente trans. Antes do início formal da pesquisa, a primeira autora também havia vivenciado a falta de repertórios familiares, escolares, clínicos e sociais para compreender a transgeneridade enquanto cuidava do próprio filho. Essa experiência integra a reflexividade da pesquisadora – e não o corpus empírico analisado neste artigo – e contribuiu para a formulação da questão de pesquisa e para a criação do grupo *Amor que TRANScende*.

Posteriormente, já no lugar de pesquisadora, a primeira autora reencontrou o tema da solidão no próprio processo de captação das participantes. Apesar da divulgação do convite em redes sociais (*Instagram* e *WhatsApp*), nenhum formulário de captação foi preenchido no primeiro mês. No segundo e no terceiro meses, houve seis respostas, mas apenas duas correspondiam ao perfil então buscado; as outras quatro foram preenchidas por pessoas que não eram mães de crianças ou adolescentes transgêneros. Esses dados dizem respeito ao percurso de recrutamento da pesquisa e são aqui apresentados como elemento reflexivo do campo, distinto da narrativa de Iara.

Esse silêncio suscitou interrogações: o que explicaria a dificuldade de encontrar mães dispostas a falar sobre a experiência de maternar crianças e adolescentes transgêneros? Estariam essas mães escondidas, protegendo a si mesmas e seus filhos da exposição? Estariam sozinhas, sem redes que as alcançassem? Estariam atravessadas pelo medo de nomear publicamente uma experiência ainda marcada por estigma?

Foi nesse campo de silêncio que Iara apareceu. Após o envio do formulário no grupo de *WhatsApp* Amor que TRANScende, ela foi a primeira a preenchê-lo, no segundo mês de divulgação da pesquisa. A entrevista, realizada pelo *Google Meet* em fevereiro de 2026, inaugurou a escuta que sustenta este artigo e trouxe para a pesquisa uma experiência materna que, até então, ainda não havia sido alcançada no campo. Em seu relato, os primeiros indícios da experiência de gênero de seu filho aparecem de modo indireto. Inicialmente, associava mudanças de comportamento, como a recusa em tirar fotografias, a questões relacionadas à aparência física. Esse movimento revelava a dificuldade inicial de interpretar os sinais da experiência trans quando não há repertório simbólico, familiar e institucional disponível.

O momento em que seu filho comunicava aspectos de sua identidade e de seus desejos afetivos provocava nela uma mistura interna, na qual coexistem amor, dúvida, medo, preocupação e desconhecimento. O relato revelava que a mãe não rejeitava o filho, mas se via diante de uma

experiência para a qual não havia sido preparada. Essa ausência de preparo aparecia de forma expressiva quando a participante nomeava o início do percurso como um período de desespero. O desespero, aqui, não deve ser compreendido como rejeição ao filho, mas como desorientação diante da ausência de referências.

Sob a perspectiva fenomenológico-existencial, essa solidão, tal como emerge na narrativa de Iara, pode ser compreendida como processo de desmundanização. Heidegger (2012) afirma que o existir humano se dá sempre em um mundo compartilhado de significações. Quando esse mundo deixa de oferecer referências, linguagem, reconhecimento e abrigo, a existência se estreita. A solidão, portanto, não se reduz a estado emocional individual. Ela emerge como fenômeno relacional e político. Trata-se da experiência de habitar um mundo, que frequentemente nega legitimidade à existência trans e fragiliza as mães que se colocam ao lado de seus filhos.

A partir da clínica gestáltica de campo, o sofrimento não pode ser compreendido como expressão exclusivamente intrapsíquica, pois emerge nas configurações concretas do campo organismo/ambiente. Em Perls et al. (1997), o self é função de contato, constituída na fronteira entre organismo e ambiente. Belmino (2020), ao discutir as dimensões éticas, políticas e antropológicas da experiência, permite compreender sofrimentos produzidos por violações, exclusões e vulnerabilidades do campo. Em interlocução recente com a transgeneridade na adolescência, Figueira e Vale (2024) ressaltam a necessidade de uma prática gestáltica sustentada por ética do cuidado e sensível às violências produzidas pela binariedade de gênero. Por sua vez, Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) consideram que determinados sofrimentos emergem quando o campo social falha em oferecer condições mínimas de reconhecimento para a constituição de identidades viáveis e, nesses casos, o sofrimento não pode ser reduzido à interioridade individual, pois expressa uma falência do mundo compartilhado. A fala de Iara permite compreender que a solidão materna não se origina apenas da falta de companhia, mas da ausência de reconhecimento social e institucional para a experiência vivida.

O cuidado materno como ajustamento ético-político

Embora atravessado pela solidão, o relato da mãe colaboradora também revelava movimentos de resistência, proteção e reconstrução de mundo. O cuidado materno emergia como prática ética de sustentação da existência diante de um campo social frequentemente hostil. Esse cuidado não se restringiu a uma disposição afetiva interna: ele encarnava-se no corpo, na vigilância, nas ações e nos enfrentamentos cotidianos. Ela descrevia a experiência de sentir seu corpo em estado de alerta, especialmente diante das possíveis violências dirigidas ao filho.

A expressão trazida no discurso da entrevistada, quando se referiu ao “instinto de leoa”, sintetiza essa transformação do cuidado em postura ativa de defesa. Na experiência dela, além de acolher emocionalmente o filho, ela passa a se posicionar diante do mundo, a intervir na escola, a observar os olhares, a antecipar riscos, a mediar relações e a sustentar a possibilidade de Cauê

existir com dignidade. A partir da leitura de Perls et al. (1997), o contato constitui processo criador por meio do qual organismo e ambiente se transformam mutuamente. Quando o campo social restringe possibilidades de reconhecimento, o self produz ajustamentos criadores na tentativa de restaurar condições mínimas de vida.

Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012) denominam ajustamentos ético-políticos os movimentos pelos quais sujeitos privados de reconhecimento social formulam pedidos de inclusão e reconstrução do laço social. No contexto desta pesquisa, o cuidado materno pode ser compreendido como ajustamento ético-político porque não se limita à adaptação privada da mãe à transgeneridade do filho. Ele implica enfrentamento das normas que recusam, corrigem ou invisibilizam a existência trans.

A fala desta mãe permite observar esse processo de modo concreto. Quando ela enfrenta a escola para afirmar o reconhecimento da identidade de Cauê, o cuidado deixa de ser apenas proteção doméstica e se converte em posicionamento político. A escola aparece como espaço ambíguo. De um lado, é instituição fundamental para a socialização, o desenvolvimento e o pertencimento do adolescente. De outro, pode se tornar espaço de tensão quando não dispõe de preparo suficiente para acolher a identidade de gênero. Estudos recentes sobre gestão escolar indicam que uma cultura organizacional comprometida com justiça social e respeito às diferenças pode favorecer a permanência e o pertencimento de estudantes transgêneros, embora persistam desafios relacionados à transfobia e ao apagamento das questões de gênero (Santos & Fonseca, 2024). Nesse horizonte, o maternar deixa de configurar apenas exercício privado do cuidado e passa a constituir prática política de sustentação da existência.

A fenomenologia do cuidado contribui para compreender essa dimensão. Para Ayres (2004), cuidar implica encontro, reconhecimento e corresponsabilidade diante da vulnerabilidade do outro. Mortari (2023) enfatiza que o cuidado nasce da atenção concreta à singularidade da vida. Na fala de Iara, esse cuidado aparece também nos momentos cotidianos de acolhimento das dores do filho. A experiência de acompanhar crises de sofrimento relacionadas ao corpo, à imagem e à disforia revela que o maternar exige presença sensível diante de sofrimentos que não podem ser solucionados apenas por explicações racionais.

A análise evidencia, ainda, que o medo da violência organiza parte importante da experiência materna. Não se trata de medo abstrato, mas de medo situado em um país no qual dados recentes documentam a persistência de assassinatos e de múltiplas formas de violência contra pessoas trans (Benevides, 2025; Leal et al., 2026). Quando Iara afirma que Cauê não será mais uma estatística, ela nomeia a dimensão pública de seu cuidado. A frase desloca o maternar do espaço doméstico para o campo social, porque denuncia que a ameaça não está no filho, mas no mundo que pode recusá-lo, violentá-lo ou reduzi-lo a número. O cuidado torna-se, assim, gesto de defesa da vida e de afirmação da existência.

Ao mesmo tempo, a experiência da entrevistada indica que o encontro com a transgeneridade do filho produz deslocamentos subjetivos importantes. Ela passa a rever concepções anteriores sobre gênero, maternidade, corpo e sociedade. A maternidade imaginada precisa ceder lugar à maternidade vivida no encontro com a verdade subjetiva de Cauê. Essa transformação aparece como ampliação do olhar. Iara passa a compreender que a experiência do filho a convoca a ultrapassar estruturas tradicionais do binarismo de gênero, abrindo-se a uma compreensão mais plural da vida, dos corpos e das relações.

Redes de suporte, invisibilidade e resistência

Outro aspecto central identificado nos resultados preliminares refere-se à fragilidade das redes de suporte disponíveis às mães. Essas redes podem envolver família ampliada, pai ou outro cuidador parental, amigos próximos, escola, serviços de saúde, profissionais de psicologia, assistência social, grupos de apoio e coletivos. Estudos recentes com responsáveis por crianças e adolescentes transgêneros destacam tanto a fragilidade de vínculos quanto o papel potencial das redes sociais e institucionais na oferta de apoio emocional, informacional e prático (Abreu, Andrade, et al., 2022; Abreu et al., 2024). No caso de Iara, sua narrativa apresenta especificidades importantes. Diferentemente de experiências marcadas por conflitos e resistências familiares descritas na literatura (Fonseca, 2021; Miranda & Rasera, 2026), ela relata contar com o apoio de seu marido, pai de Cauê, no processo de transição vivido até o momento. Esse dado impede generalizações simplificadoras e indica que as experiências maternas não se organizam de modo homogêneo.

Ainda que a narrativa de Iara não evidencie isolamento familiar absoluto, ela revelava que a mãe continua ocupando lugar central na escuta, na proteção e na mediação da relação do filho com o mundo. A precariedade das redes de suporte, portanto, se expressava não apenas pela ausência de familiares ou pelo abandono explícito, mas também pela insuficiência de espaços sociais, institucionais e profissionais capazes de acolher mãe e filho em suas demandas concretas.

A ausência ou insuficiência desses espaços amplia a solidão materna, pois faz com que muitas mães sustentem quase sozinhas o cuidado, a proteção e a mediação entre seus filhos e um mundo social ainda pouco preparado para reconhecer a legitimidade de suas existências. Revisão recente destaca grupos de pares e espaços coletivos como redes secundárias relevantes para que mães, pais e responsáveis compartilhem inquietações, experiências e informações (Abreu, Andrade, et al., 2022). A participação de Iara no grupo Amor que TRANScende ilustra, no contexto desta pesquisa, a importância desses espaços coletivos de reconhecimento. A passagem da solidão para a palavra evidencia a potência dos encontros:

> Foi o grupo que participava, tinha as outras meninas, era a transformação. Eu acho que ali foram muitas trocas bonitas, de muitas realidades diferentes, perspectivas

> diferentes. E eu acho que ali foi um grupo de força, (...), era um processo de afirmação, (...), enquanto mãe, tinha uma pessoa trans. Então, a afirmação não vem só pelo lado do filho, também vem pelo lado da mãe.

Seu relato permitiu compreender que a mãe de um adolescente transgênero não busca apenas informações técnicas sobre transgeneridade, mas também reconhecimento, partilha, orientação e legitimação de sua experiência. A análise da entrevista permitiu compreender que o maternar de um adolescente transgênero na RMB configura-se numa tensão contínua entre medo e amor, vulnerabilidade e resistência, solidão inicial e construção de redes possíveis.

A experiência narrada também evidencia a necessidade de ampliação das políticas públicas voltadas às famílias de adolescentes transgêneros, especialmente no campo psicossocial e educacional. Iara reconhece que a escola poderia oferecer acolhimento mais preparado, assim como os serviços de saúde e assistência poderiam constituir espaços de orientação para mães que chegam ao processo sem repertório suficiente. Essa compreensão converge com investigações contemporâneas que apontam despreparo profissional, fragilidades na articulação dos serviços e necessidade de práticas clínicas, escolares e comunitárias mais acolhedoras para adolescentes trans e suas famílias (Abreu, Palha, et al., 2022; Barbosa et al., 2024; Figueira & Vale, 2024; Santos & Fonseca, 2024). Nesse sentido, a clínica fenomenológica e gestáltica situada na Amazônia paraense precisa reconhecer que muitos sofrimentos emergem da ruptura ou fragilidade do laço social e da ausência de reconhecimento institucional.

Assim, nesta etapa da pesquisa, o relato de Iara permite compreender alguns sentidos do maternar um adolescente transgênero sem pretender esgotar o fenômeno. Sua experiência mostra que a solidão materna pode nascer da ausência inicial de referências; que o cuidado também se faz resistência; e que maternar exige reconstruir linguagem, vínculo e pertencimento diante de um campo social ainda marcado pela cisnormatividade.

Essa leitura permanece vinculada à singularidade de Iara e não deve ser tomada como modelo para outras experiências maternas. O que a entrevista oferece, neste momento da pesquisa, é uma dimensão de sentidos em que solidão, cuidado, medo, resistência e busca por reconhecimento se entrelaçam. As demais narrativas poderão ampliar, deslocar ou tensionar essa compreensão ao longo da investigação.

Para a participante, o sofrimento não aparece como ausência de amor ou impossibilidade de acolhimento, mas como desorientação inicial diante de uma realidade para a qual ela afirma não ter sido preparada. Ela mesma nomeia esse primeiro momento como desespero, expressão que evidencia a intensidade afetiva da experiência e a necessidade de produzir sentidos enquanto o cuidado já precisava acontecer. O tempo da compreensão materna não se apresenta como tempo abstrato, mas como tempo vivido em meio à urgência de proteger, acolher, nomear e decidir.

Considerações finais

A partir da literatura pesquisada e dos dados apresentados, foi possível identificar que o maternar um adolescente transgênero não se apresenta de forma linear, homogênea ou reduzida à oposição entre aceitação e rejeição. Em sua narrativa, há apoio paterno, abertura de alguns familiares, medo da violência, enfrentamentos institucionais, busca por reconhecimento e reconstrução dos sentidos do cuidado.

O sentimento de solidão aparece vinculado ao início do processo, quando Cauê, ainda por volta dos 10 anos, apresentava crises intensas de ansiedade que, posteriormente, a mãe passou a compreender como possíveis manifestações de disforia. Quando ele conseguiu nomear-se como pessoa trans, a disforia já se apresentava de modo intenso, e ela relata ter se sentido impotente diante do sofrimento do filho. Sua dificuldade inicial não se expressava como rejeição, mas como bloqueio afetivo e prático: ela não sabia como acolhê-lo, como agir diante do choro, do isolamento e da vulnerabilidade corporal e emocional que se apresentavam naquele momento.

A mãe reconhece que, inicialmente, o pai conseguia oferecer maior acolhimento, enquanto ela atravessava um processo de negação e desorientação. Com o tempo, porém, ela passou a construir práticas concretas de cuidado, especialmente nos momentos de crise, quando acompanhava Cauê ao banheiro, ajudava-o no banho, contava histórias e fazia massagens debaixo do chuveiro. Esses gestos, descritos por ela como uma espécie de *resgate* e *renascimento* por meio das águas, indicam que o cuidado materno foi sendo reconstruído no próprio campo da experiência, a partir da vulnerabilidade do filho e da possibilidade de reconexão entre ambos. No entanto, verificou-se que a solidão vivida por esta mãe não se reduz à falta de companhia, pois expressa também a ausência de repertórios sociais, familiares e institucionais capazes de orientar mães diante da transgeneridade de seus filhos. Trata-se, portanto, de uma solidão com dimensão social e política, na medida em que revela a insuficiência de redes preparadas para acolher mães e adolescentes transgêneros em seus processos.

A experiência apresentada também evidencia que o cuidado materno não se reduz à proteção doméstica ou ao cumprimento de obrigações familiares. Ao acompanhar o filho no processo de afirmação de sua identidade, Iara precisou reorganizar sentidos sobre nome, corpo, gênero, maternidade e pertencimento. O cuidado aparece como gesto ético-político, pois sustenta a existência do filho diante de normas que frequentemente produzem apagamento, correção e exclusão. A frase que dá título ao artigo, *ele não vai ser mais uma estatística*, sintetiza essa dimensão: cuidar é lutar para que o filho viva.

A posição situada da primeira autora também atravessa este artigo: como pesquisadora que lê, interpreta e dialoga com diferentes referenciais; como mãe de um menino trans, marcada existencialmente pela experiência do cuidado; e como pesquisadora-pessoa que reconhece sua implicação no campo. Essa reflexividade não é tomada como dado empírico da participante nem

substitui o rigor metodológico; ao contrário, explicita o lugar a partir do qual a análise é produzida. Na narrativa de Iara, o cuidado materno não pode ser compreendido apenas como reação individual a um acontecimento familiar: envolve aprendizagem, elaboração, posicionamento, enfrentamento e construção de redes. Ao mesmo tempo, a experiência analisada indica que a mãe também precisa ser cuidada, escutada e reconhecida em sua travessia. A insuficiência de espaços especializados para mães de adolescentes transgêneros pode intensificar a sobrecarga e tornar decisões cotidianas mais solitárias. Por isso, a produção de conhecimento sobre o maternar trans na Amazônia paraense também cumpre função ética ao tornar visível aquilo que frequentemente permanece silenciado.

Preliminarmente, a experiência de Iara mostra que maternar um adolescente transgênero pode exigir aprender enquanto se cuida, enfrentar o medo sem deixar de sustentar o vínculo e construir, muitas vezes com poucos apoios, condições para que o filho exista com dignidade. Nesse percurso, o cuidado materno ganha dimensão ético-política: protege a vida, reconstrói modos de estar no mundo e confronta violências cisnormativas.

Referências

Abreu, P. D. de, Andrade, R. L. P., Maza, I. L. S., Faria, M. G. B. F., Valença, A. B. M., Araújo, E. C., Palha, P. F., Arcêncio, R. A., Pinto, I. C., Ballestero, J. G. A., Almeida, S. A., Nogueira, J. A., & Monroe, A. A. (2022). Support for mothers, fathers, or guardians of transgender children and adolescents: A systematic review on the dynamics of secondary social networks. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 19*(14), 8652. https://doi.org/10.3390/ijerph19148652

Abreu, P. D. de, Palha, P. F., Andrade, R. L. de P., Almeida, S. A. de, Nogueira, J. de A., & Monroe, A. A. (2022). Atenção integral à saúde dos adolescentes transgêneros: Subsídios para a prática da Enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem, 30*(spe), e3810. https://doi.org/10.1590/1518-8345.6276.3810

Abreu, P. D., Valença, A. B. M., Leal, G. C., Silva, D. H. M., Palha, P. F., Araújo, E. C., Ballestero, J. G. A., Almeida, S. A., Nogueira, J. A., & Monroe, A. A. (2024). Rede social das pessoas responsáveis por crianças e adolescentes transgêneros. *Epidemiologia e Serviços de Saúde, 33*(esp. 1), e2024290. https://doi.org/10.1590/S2237-96222024v33e2024290.especial.pt

Agência Pará. (2024, 4 de setembro). *Inclusão de Barcarena na Região Metropolitana de Belém fortalece políticas públicas integradas*. https://agenciapara.com.br/noticia/59342/inclusao-de-barcarena-na-regiao-metropolitana-de-belem-fortalece-politicas-publicas-integradas

Ayres, J. R. C. M. (2004). O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. *Saúde e Sociedade, 13*(3), 16–29. https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000300003

Barbosa, D. de J., Rasera, E. F., Ferreira, N. T., & Teixeira, F. do B. (2024). Barreiras do acesso à saúde e vulnerabilidade da população trans: Uma revisão integrativa de literatura. *Revista Derecho y Salud, 8*(9), 107–124. https://doi.org/10.37767/2591-3476(2024)07

Belmino, M. C. de B. (2020). *Gestalt-terapia e experiência de campo: Dos fundamentos à prática clínica*. Paco Editorial.

Benevides, B. G. (2025). *Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf

Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Garamond.

Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Butler, J. (2023). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. José Olympio.

Campbell, T., Mann, S., van der Meulen Rodgers, Y., & Tran, N. M. (2024). Mental health of transgender youth following gender identity milestones by level of family support. *JAMA Pediatrics, 178*(9), 870–878. https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2024.2035

Conselho Nacional de Saúde. (2012). *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012: Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Ministério da Saúde. https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view

Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016: Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. Ministério da Saúde. https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view

Feijó, J. (2023, 12 de maio). *Mães solo no mercado de trabalho*. Blog do IBRE. https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho

Figueira, R. A., & Vale, K. S. do. (2024). Experiências e desafios no atendimento a adolescentes transgêneros: Contribuições da Gestalt-terapia. *IGT na Rede, 21*(41), 242–255. https://doi.org/10.5281/zenodo.15151842

Fonseca, S. T. (2021). *Mães fora do armário: Travessias de re(existências), negações, conflitos e lutas* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional UFSCar. https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14730

Freitas, F. L. S., Bermúdez, X. P. C. D., Merchán-Hamann, E., Santos, A. S. D. dos, & Vieira, V. F. (2024). Social and programmatic vulnerability in the context of transgender people's health: A scoping review of scientific evidence from Brazil. *International Journal for Equity in Health, 23*, 272. https://doi.org/10.1186/s12939-024-02359-1

Giorgi, A. (2008). *The descriptive phenomenological method in psychology: A modified Husserlian approach*. Duquesne University Press.

Gradvohl, S. M. O., Osis, M. J. D., & Makuch, M. Y. (2014). Maternidade e formas de maternagem desde a Idade Média à atualidade. *Pensando Famílias, 18*(1), 55–62.

Heidegger, M. (2012). *Ser e tempo* (F. Castilho, Trad.). Editora Unicamp.

Leal, G. C., Silva Júnior, J. N. B., Lizzi, E. A. S., Ferreira, Q. R., Carvalho, A. K. A. S., Andrade, L. K. A., Ballestero, J. G. A., Fronteira, I., & Palha, P. F. (2026). Spatio-temporal analysis of violence notifications among the transgender population in Brazil (2015–2023). *Scientific Reports*. Advance online publication. https://doi.org/10.1038/s41598-026-61941-5

Leite Junior, J. (2011). *Nossos corpos também mudam: A invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico*. Annablume.

Lopes, P. F., Melo, L. de L., Ribeiro, C. A., & Toledo, V. P. (2022). Experiências de famílias de adolescentes com incongruência de gênero à luz dos Modelos Calgary para famílias. *Revista da Escola de Enfermagem da USP, 56*, e20220027. https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0027pt

McGregor, K., Rana, V., McKenna, J. L., Williams, C. R., Vu, A., & Boskey, E. R. (2024). Understanding family support for transgender youth: Impact of support on psychosocial functioning. *Journal of Adolescent Health, 75*(2), 261–266. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2024.04.006

Miranda, A. B. S. de, & Rasera, E. F. (2026). Famílias de jovens trans masculinos em processo de transição de gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva, 36*(1), e360136. https://doi.org/10.1590/S0103-733120263601536pt

Mortari, L. (2023). *Filosofia do cuidado* (D. Daldoce Junior, Trad.). Paulus.

Müller-Granzotto, M. J., & Müller-Granzotto, R. L. (2012). *Clínicas gestálticas: Sentido ético, político e antropológico da teoria do self*. Summus.

Perls, F. S., Hefferline, R. F., & Goodman, P. (1997). *Gestalt-terapia* (F. R. Ribeiro, Trad.; 3a ed.). Summus.

Santos, M. C. G., & Fonseca, H. L. A. (2024). Desagendamento, gestão escolar e vidas trans: A construção da cultura organizacional da escola como meio de justiça social para estudantes transgêneros. *Interritórios, 10*(19), e262294. https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262294

Silva, K. (2023). Trans-identidades e educação: Cisnormatividade e políticas para pessoas trans. *COR LGBTQIA+, 1*(4), 94–107. https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/article/view/574

TGEU. (2024). *Trans murder monitoring*. https://tgeu.org/trans-murder-monitoring/

Tobias, M. S. G., Fiedler, L. C. P., Oliveira, V. L. de, Pinto, A. G. dos S., Moura, R. R. S., Anjos, I. E. F. dos, & Moraes, R. de C. M. de. (2024). BRT rodofluvial em cidades da Amazônia: O caso de Belém - PA. *Revista Foco, 17*(4), e4924. https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n4-112

Vergueiro, V. (2015). Reflexões autoetnográficas trans* sobre saúde: Invisibilizações e marginalizações cistêmicas e resistências à patologização das diversidades de gênero. In A. R. R. Geisler (Org.), *Protagonismo trans: Política, direito e saúde na perspectiva da integralidade* (pp. 106–133).